
ACTAS

Ata 10

Ao décimo quinto dia do mês de junho de dois mil e quinze, reuniu-se pelas 21 horas, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Eduardo Vasques de Carvalho, deu início à reunião pelas 21h, estando presentes:

- Ana Luísa Pinto de Sá do Nascimento Castro (RM)
- Carlos Miguel Ginja Barbosa (RM)
- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- António José Rodrigues Moutinho Cardoso (RM)
- Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa Branco Teixeira (RM)
- Maria Manuela Nunes Lopes Gonçalves de Brito Amorim (PS)
- Jorge Raul da Purificação Rodrigues da Cunha (PS)
- Adriana Patrícia Pacheco da Silva (PS)
- Manuel de Jesus Carvalho (PS)
- Gabriela Loureiro Queirós (PSD)
- Luís Filipe Carvalho Pereira Peixoto (PSD)
- Maria Dulce Enes Guimarães Flores dos Santos (PSD)
- Luís Miguel Bonifácio Osório (PSD)
- Perfeito de Jesus Monteiro (CDU)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- Susana Salbany Constante Pereira (BE)

Foi apresentado os seguintes pedidos de substituição:

- Marco Régis La Comblez Leitão (PS) – substituído por Maria Manuela Amorim;
- Arnaldo Dias de Andrade (RM) – não esteve presente e não se fez substituir;

Presenças associativas:

Associação de Moradores Bairro Pinheiro Torres
Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre
Associação Doentes Renais Norte Portugal



Na ausência do 1º secretário, este foi substituído por Jorge Raul da Purificação Rodrigues da Cunha (PS).

Após a confirmação dos membros presentes ficou assim constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente – Francisco Eduardo Vasques de Carvalho
- Secretário – Jorge Raul da Purificação Rodrigues da Cunha
- Secretária – Ana Luísa Pinto de Sá Nascimento

Período antes da ordem do dia:

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, colocou a votação a ata 9 de 14 de abril de 2015, a qual foi aprovada por dezassete votos a favor e uma abstenção.

Não houve inscrições do público presente.

Susana Salbany, BE, para apresentar um voto de pesar e de homenagem ao pintor Rui Pimentel.

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, proponho que se junte a este voto de pesar um minuto de silêncio. De seguida colocou a votação o voto de pesar, o qual foi aprovado por unanimidade.

Intervenção dos partidos políticos:

Susana Salbany, BE, para apresentar uma recomendação de criação de uma estratégia local de intervenção contra a droga.

Gabriela Queiroz, PSD, dúvidas gerais nesta matéria e é de facto um problema grave e portanto disponível para viabilizar tudo o que leve a resolver o problema, ou que demonstre que temos essa preocupação. Louvo esta atitude do Bloco de Esquerda, apenas com duas ressalvas: no que se refere aos objectivos de que se preconiza a formação dos técnicos da Junta para uma articulação mais cuidada,

ACTAS

transparente e profissional relativamente ao acompanhamento destas situações; final deste objectivo, combate ao tráfico, tal como esta na recomendação, seja de facto uma competência da Junta de Freguesia, acho que não é, o combate ao tráfico enquanto órgão político que sustenta uma Junta de Freguesia. Se for possível não se falar do combate ao tráfico em si, seria mais fácil aderir e votar favoravelmente esta recomendação.

Susana Salbany, BE, relativamente a formação dos técnicos, temos a leitura de que já há competências e um património de experiência na Freguesia. Acontece que os técnicos que fazem este acompanhamento, são técnicos de valências muito distintas, esta formação específica seria uma mais-valia. A Junta de Freguesia não vai combater o tráfico, como não estamos a dizer qua vai resolver os problemas da toxicodependência, mas o que queremos dizer é que no seu papel de acompanhamento de casos concretos, a Junta de Freguesia deve ter formação para ter uma resposta mais a medida.

Foi colocada a votação a recomendação do BE - "Criação de uma estratégia local de intervenção contra a droga"

Favor – 1 (PS); 1 (BE); 4 (PSD); 2 (CDU)

Contra – 2 (PS); 7 (RM)

Abstenções – 1 (PS)

Recomendação rejeitada.

Susana Salbany, BE, esta problemática preocupa todos e é lamentável que havendo votos contra que inviabilizam a recomendação, que não haja tomada de posição do porque desta decisão.

Perfeito Monteiro, CDU: antes de iniciar a minha intervenção, quero felicitar os novos dirigentes da Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre e deixar uma palavra de incentivo, para o trabalho associativo que certamente vão continuar.

Após a apresentação de uma deliberação sobre a inspecção da anterior Junta de Freguesia de Massarelos, por parte da CDU, quis a Sra Presidente invocar mais uma vez, a transparência neste processo, quando decidiu com o seu executivo a 10 de agosto de 2011, solicitar ao IGAP uma inspecção a Junta de Freguesia de Massarelos, por suspeitas de irregularidades, nomeadamente financeiras e da contabilidade pública. Sublinho por suspeitas de irregularidades, nomeadamente financeiras e da contabilidade pública. Sem que nada o fizesse prever a Sra Presidente proferiu algumas afirmações que em nada dignifica a sua pessoa e nem prestigia o cargo que ocupa, quando me acusa, enquanto deputado da CDU, de dizer hoje uma coisa e



amanhã o seu contrário, como se tratasse de uma pessoa sem caráter ou de um trocax-tintas qualquer. Tudo isto a propósito dos parabéns endereçados por mim próprio à iniciativa da Sra. Presidente e do seu executivo ao pedirem uma inspeção às contas da autarquia. Quero-lhe dizer que admito alguma perturbação, alguma desorientação ou até alguma desilusão da sua parte para produzir semelhante acusação. Mas se o objetivo é tentar calar ou condicionar a CDU nas iniciativas que tem tido durante praticamente dez anos para o esclarecimento cabal de toda esta situação que envergonha o nosso poder local que tanto custou a construir poderá desistir já hoje porque nunca o vai conseguir. A CDU não podia ficar indiferente a todas as iniciativas que pudessem esclarecer toda a situação financeira da Junta de Freguesia de Massarelos, incluindo a sua, até pela sua originalidade. Embora tarde, mas mais vale tarde que nunca, só após o abandono do Sr. Presidente de então das suas funções, é que a Sra. Presidente e o seu executivo decidiram pedir uma inspeção as contas da autarquia, que também são suas, as próprias contas.

Entretanto foi colaborando enquanto tesoureira nesta gestão que nós consideramos danosa alinhando com todo o executivo na ocultação da informação que devia ter sido prestada à assembleia de freguesia tendo sido sempre recusada. Parece-nos agora que a relação política entre os dois órgãos da autarquia não tem nada a ver com o passado. Tem havido algumas melhorias na nossa opinião. Mas ficamos apreensivos, Sra. Presidente que a partir da altura em que foi iluminada pela transparência não fosse capaz de impedir a discussão da deliberação apresentada pela CDU informando desde logo esta assembleia daquilo que era óbvio já tinha em seu poder o relatório provisório da inspeção realizada às contas da autarquia. Afinal era disso mesmo que se tratava. Não o quis fazer e preferiu dar a voz aos seus apoiantes para que dissessem alguma coisa em defesa da sua honra como foi o caso da Sra. deputada de serviço, Cláudia Teixeira completamente desenquadrada dos factos em discussão acabando por ser desmentida pelo anúncio final da Sra. Presidente.

Casimiro Calisto, CDU: há uma questão prévia, inicial que tem a ver com a realização sucessiva de assembleias neste edifício, ao arrepio do que foi decidido na altura. Nós dissemos que havia duas freguesias, havia necessidade de continuar a reunir num lado e no outro e isto não está a acontecer. Até aceito que em determinadas assembleias haja interesse em fazer aqui por melhores condições, mas acho que há um princípio de proximidade que não se deve esquecer porque foi assim que a assembleia deliberou na altura.

Uma outra questão que queria levantar tem a ver com a informação recebida por mérito de um membro da Lista do Rui Moreira, que pediu uma série de atas, a que todos nós tivemos acesso a elas.

Tive a preocupação de ler e queria reportar como importante: desde a ata 1 de 24 de outubro de 2013 até a última que recebemos, 24 de fevereiro de 2015, passaram setenta e cinco semanas e em vinte e sete semanas, o Executivo não reuniu. Dando de desconto em que houve cinco situações em que reuniram duas vezes numa semana, portanto, houve vinte e duas semanas que o Executivo não reuniu. Eu tenho tudo isso apontado e tenho muito gosto em enviar para o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, para confirmarem ou não o levantamento feito por mim.

Estamos numa nova realidade, a lista maioritária nesta Freguesia pugna pela transparência. Acredito que sim, mas é como a mulher de César tem de ser e parecer. Nas atas enviadas, algumas estão sem ser assinadas, de dezembro, fevereiro, com muitos dos vogais presentes a não assinar.

ACTAS

E há coisas que eu gostaria de não deixar passar. Por exemplo, há uma ata, ata número vinte e dois, de quinze de maio de dois mil e catorze, em que o Executivo assumiu despesas de saúde com o Vogal João Moreira da Silva. Eu gostava de saber em que rubrica das Contas de 2014 apareceu essa verba e quais os valores. Acredito piamente na informação que me deram que com a nova entidade União de freguesias a seguradora não aceitou a manter a cobertura. Mas eu gostava de saber se daí por diante alguma coisa foi feita porque estranhamente só em Novembro é que vieram dizer que iriam alargar este seguro aos membros da Assembleia de freguesia. E estranhamente nas contas de 2014 aparece um valor de seguro com membros dos órgãos 268,16 € quando em tempos já foram de 1.300 € e nos orçamentos de 2014 e 2015 a verba destinada a isto são 1.000,00 €. Há aqui discrepâncias mas acredito que há uma boa explicação para isto.

Outra questão que queria levantar. Numa das atas, em vinte e quatro de setembro, a Vogal Paula Martins disse que a Creche de Vilar estava com problemas e iam pedir a intervenção da proteção civil. Estranhamente na ata de quarenta e seis de dez de fevereiro de dois mil e quinze, depois de haver umas medidas de auto proteção dos edifícios, é dito que na Creche de Vilar estava comprometido o seu funcionamento e não havia necessidades dessas medidas de proteção do edifício. O que gostaria de saber é em que é que ficamos e se essa valência vai continuar, se a junta vai assegurar ou não.

Outra questão que queria saber prende-se com a certificação HACCP. Há uma ata em que a Vogal Paula Martins menciona que a certificação é abandonada, ata de dez do julho de dois mil e catorze, ata vinte e sete. Na semana seguinte já diz que esta certificação, que se prende com a segurança alimentar, já vai ser mantida. Eu gostaria de saber a justificação para esta mudança de opinião.

Em relação à adjudicação do sistema de contabilidade há uma ata em que o Tesoureiro diz que a Medidata, que era quem tinha fornecido o sistema de contabilidade aqui de Massarelos que era a que tinha valor apresentado mais elevado e não servia. Havia também necessidade do POCAL ser diferente. Na ata seguinte já se diz precisamente o contrário, a Medidata é que vai ficar com a adjudicação pela possibilidade dos sistemas serem reintegrados

Outra questão que queria perceber e que gostava de ter uma resposta clara. Há uma entidade consultora do sistema de certificação e há uma entidade certificadora. Eu gostava de perceber se o nome que aqui aparece numa destas atas, Luís Osório, se é o Sr. Deputado do PSD. Estou a perguntar.

Outra questão que fiquei sem perceber na leitura da ata, tem a ver a adjudicação do sistema de recolha e separação de resíduos do cemitério. Houve um concurso e a adjudicação desse trabalho. Não inferi isso da ata depois ao consultar o edital verifiquei que é gratuito. Pensava que havia algum retorno para a freguesia, mas não tem.

Outra questão importante, pela forma como foi apresentado existe alguma preocupação com o Fundo de emergência social mas verifico que depois da entrega do regulamento aos membros da assembleia, nunca mais ninguém referiu da vontade de colocar esse regulamento para trabalho da Assembleia de Freguesia. Isto foi na altura do regulamento de atribuição dos subsídios às coletividades apareceram 2 regulamentos. Depois foi abandonado. Nunca mais ninguém falou nisso e penso que o regulamento está em vigor, um regulamento que o executivo acha que deve ter mas



acho que não se deve tratar assim os eleitos, até porque houve trabalho de casa de algumas forças para que o regulamento fosse o melhor possível. Última questão, reparei que no facebook não há informação desta assembleia embora no site da União de freguesias exista. Se o facebook tem a visibilidade que tem acho que se deveria aproveitar para dizer que hoje havia uma Assembleia de Freguesia.

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, esclarecer o Deputado Perfeito Monteiro que em relação a uma sala fora da zona de Lordelo, foi pedida a Sra Presidente da Junta, mas por motivos de logística não foi possível.

Paula Martins, Vogal do Executivo, em resposta ao pedido de esclarecimento do Deputado Casimiro, informo que de facto a Creche é um equipamento que está em vias de ser encerrado pela própria Segurança Social. É do conhecimento de todos e este encerramento e estar a investir nessa temática, de higiene e segurança alimentar num equipamento que seria encerrado e bem como as medidas de auto protecção, não fazia sentido o custo/benefício.

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, em relação a questão da Medidata e da Global Soft: a Medidata fornecia o software da contabilidade na extinta Junta de Freguesia de Massarelos e apoio técnico e o mesmo se passava com a Global Soft na extinta Junta de Lordelo. Por obrigações legais, tivemos de manter o contrato com as duas, mas havia necessidade de novos sistemas informáticos adequados ao Pocal. Foram pedidos orçamentos que foram apresentados em reunião de executivo e os elementos do executivo acharam que eram bastantes elevados e pediram diligências para eles baixarem os orçamentos. Não baixaram muito, mas a Medidata baixou um pouco, a Global Soft não respondeu aos meus telefonemas e a emails e daí a decisão da Medidata.

Em relação ao seguro, é um facto que nós presumimos erradamente que o seguro transitava automaticamente para o novo executivo da União das Freguesias e infelizmente estas coisas detetam-se quando os problemas existem. Quando o Vogal João Moreira da Silva, teve o azar de ter um grave acidente quando estava num ato oficial em representação da Junta e tentamos acionar o seguro foi-nos dito que tinha de ser feito um novo seguro para a União de freguesias portanto eles não transitavam aquela situação e foi daí essa questão e foi por esse motivo que a Junta assumiu os custos do tratamento dessa lesão e depois obviamente diligenciamos no sentido de contratar o novo seguro para o executivo.

Casimiro Calisto, CDU: Não se infira das minhas afirmações que nós não devemos ser solidários com quem está ao serviço da causa pública e teve um acidente. Todos nós percebemos que tem de haver esse suporte, tem de haver essa solidariedade. É assim a este nível e tem de ser assim na sociedade no geral. Não estou já a discutir valores, estou a discutir transparência ou seja ninguém nos informou disto nas assembleias que tivemos. O acidente penso que foi antes de quinze de maio de dois mil e catorze, há mais de um ano. Nós não soubemos aqui assembleia. Não custava nada, o sr. Fulano teve um acidente e a junta assumiu isto e está decalcado nas contas. Até punham o valor numa rubrica à parte, para nós sabermos. Não estou a perguntar mais que isto.

ACTAS

Em relação a isto de ser e de parecer pese embora o amadorismo e a ingenuidade termos começado há pouco há coisas que são factos. Por exemplo quando se falou há bocado nas não reuniões, houve semanas sem reuniões, não sei se é grave ou não, do ponto de vista formal do exercício das funções. Por exemplo: entre dezoito de dezembro e três de fevereiro de dois mil e quinze, houve seis semanas que ninguém reuniu. Entre um de agosto e oito de Setembro, eu sei que há férias, mas tem de haver alguém de emergência para ir reunindo, houve também quatro semanas ou cinco, em que não se reuniu.

Em resposta ao que foi dito pela Vogal Paula Martins, em dez de julho de dois mil e catorze, nessa reunião foi dito que a certificação da higiene alimentar iria ser abandonada. Na seguinte e bem disseram que iria ser mantida. Reparem ninguém punha o problema da Creche fechar ou não. Estão-se a misturar coisas. E a creche fechar ou não a segurança social pode fechar as valências e o apoio que dá à creche, mas não sei se esta Junta vai deixar que mais um equipamento social, algo que presta apoio à população, feche e não se crie alternativas como se criou para o ATL. A explicação foi a possível, não me convenceu na totalidade. Uma coisa é a proteção civil, outra coisa é as medidas de auto-proteção que o próprio executivo achava que devia de ter que disseram que não se aplicava na creche.

Paula Martins, Vogal do Executivo, em relação a questão alimentar, as boas práticas estão implementadas na Creche. A questão é devido a decisão da Segurança Social que não atribui competências as Autarquias, Juntas de Freguesia, para gerir este tipo de equipamentos, que nada tem haver o encerramento ou não, com as questões da segurança alimentar. Criar ambiguidades não é correto, uma questão é a segurança alimentar, foi decidido implementar as boas práticas, embora não estejamos certificados nessa norma específica. Segundo a Legislação mais recente não existe competências para as Junta de Freguesia, gerirem estes tipos de equipamentos.

Casimiro Calisto, CDU: eu sou oriundo de Lordelo e em Lordelo havia a certificação alimentar HACCP depois na tal reunião de dez de julho, havia vontade para a certificação de Lordelo ser extensível a Massarelos. Certificação de higiene e segurança alimentar, que não tem nada a ver com a creche, tem a ver com outros equipamentos em Massarelos. Outra coisa são as medidas de autoproteção, penso que foram medidas que foram apontadas para todos os edifícios à guarda da Junta. Todas as medidas de autoproteção visavam o património da junta, onde a junta tinha intervenção. E diz-se aqui que na creche devido à atividade estar comprometida não se vai avançar com elas.

Paula Martins, Vogal do Executivo, a questão relativa à HACCP, ou seja higiene e segurança alimentar, não permite, portanto se nós tivéssemos de certificar a união de freguesias tínhamos de certificar todos os equipamentos. Considerando que a creche era uma decisão ainda não tomada, que está num impasse ainda, nós tivemos de equacionar a relação custo benefício a breve prazo iríamos, poderíamos ter que encerrar a creche. Nesse sentido apenas nos confinamos às questões da



implementação das boas práticas. Todos os demais equipamentos também têm as tais boas práticas em higiene e segurança alimentar. Não nos certificamos nessa componente por essa razão. A breve trecho poderá ser equacionada o respetivo encerramento. Quanto às medidas de autoproteção, a primeira intenção era cobrir obviamente todas as instalações mas pela mesma razão subjacente a creche também iria ser encerrada. Nós teríamos de investir fisicamente no edifício para cumprir, com todos, todos os requisitos e de facto tivemos que equacionar ou investir e encerrar meses depois ou então aguardarmos. Se a decisão vier no sentido da união de freguesias continuar com esse equipamento garantimos-lhe que nós vamos prosseguir com essa questão, tanto em higiene e segurança alimentar como nas medidas de autoproteção.

Mário Praça, RM, votos de felicidade para a Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre e que façam um voto trabalho. Gostaria de dar os parabéns ao Clube Fluvial Portuense, a equipa feminina por ter sido campeã de polo aquático e aos homens por terem sido vice-campeões.

Período da ordem do dia:

Ponto 1 – 1ª Revisão Orçamental para 2015

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, em relação ao ponto um, nesta fase fizemos o que nos parecia indispensável, nomeadamente a criação de duas rubricas novas, na receita e na despesa, embora não tenham impacto no orçamento da Junta, pois todo o dinheiro que entre nestas rubricas será gasto no projecto (espaço do cidadão), que funcionará em Lordelo. Aproveitamos a possibilidade de retirar a dotação de algumas verbas, nomeadamente nas despesas com vencimentos e no gabinete de psicologia e com alguns cálculos houve alguma receita que podemos utilizar, como por exemplo na quotização a Anafre e a criação de uma rubrica para desenvolvimento de actividades, que em princípio visarão dinamizar o Largo do Ouro e o Cais das Pedras.

Casimiro Calisto, CDU: pelas razões anteriores na minha explanação inicial obviamente só é de louvar a transparência. Em relação a revisão orçamental temos de constatar que é uma revisão que se está a fazer por um aumento líquido de 300.00€ e durante o ano há muitas alterações que se fazem, de verbas que entram e saem e não precisam de vir a Assembleia. Gostaria de saber a quem sabe de contabilidade, se não era de boa prática na revisão orçamental entrar-se com o saldo do ano anterior. Outra questão prende-se nas anulações 8.000.00€ a menos na Secretaria e pessoal dos quadros da função pública. Gostaria de saber a que é que isso diz respeito.

ACTAS

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, em relação ao saldo da gerência anterior a resposta é que se pode entrar, mas como o saldo foi irrelevante, uma média de 200.00 Euros, não afectava as contas. A necessidade de se fazer esta revisão, não tem a ver com os valores, pois não há um acréscimo de receita ou de despesa para além do normal, mas sim com a necessidade legal de prever algumas rubricas, que a partida vão acontecer brevemente, nomeadamente a da Anafre que não existia e da criação da Loja do Múncipe, pois temos de ter previstas as receitas e as despesas. Quanto aos 8.000.00 Euros, tem a ver com o Dr. Agostinho que é dos quadros da União de Freguesias, mas enquanto desempenha funções na Adilo ao abrigo do contrato local, o seu vencimento é pago por via desses projectos. Estava previsto terminar agora em junho, por motivos vários vai-se manter em funções na Adilo durante mais algum tempo pelo menos durante mais três meses para já, garantidamente e daí a possibilidade de fazer uma redução deste valor que foi utilizado noutras rubricas.

Casimiro Calisto, CDU: Agora com a explicação que nos deu fico mais curioso em relação a uma questão que levantamos na última Assembleia e que a Sra Presidente da Junta, ficou de nos dizer alguma coisa nesta e que tem a ver com o cessar dos protocolos com a Segurança Social de alguns equipamentos que eram geridos pela Junta. Caso da Creche, caso do Centro de Convívio, caso do Centro Social da Arrábida e estou a ver que há movimentações, do Dr. Agostinho e quem se preocupa com os fregueses, sabemos que as verbas são substanciais e a faltar são uma pancada forte no orçamento da Freguesia. As coisas estão interligadas e penso que percebem o alcance da questão. E ficamos à espera.

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, o que havia de obrigatoriedade de trazer a esta Assembleia, era efectivamente a criação ou a eventual extinção de rubricas. A mudança de valores de umas rubricas para outras é uma alteração de orçamento que pode e deve ser feito, apenas em executivo. Mas como neste caso eram valores elevados, achamos por bem, aproveitar a revisão orçamental e demonstrar estas alterações significativas.

Susana Salbany, BE, existe um reforço nos serviços administrativos de contratos de assistência informática, gostaria de saber porquê. Optaram por fazer um reforço em actividades culturais, no Largo do Ouro, mas segundo o que percebo, vão buscar este valor ao Gabinete de Psicologia. Qual a fundamentação para o cortar nesse dito gabinete de psicologia.

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta, no Gabinete de psicologia não houve corte, foi feito um orçamento e calculada uma previsão, que por vezes não corresponde a realidade. Aquando da contratação, houve várias psicólogas que entregaram os seus currículos e quando terminou todo esse processo de contratação, que já está em vigor, fizemos os cálculos do que iria ser gasto até ao final do ano e tínhamos um excesso de



dotação e foi esse excesso que foi retirado, depois de se verificar de quanto se iria gastar. Os 4.200.00 Euros referentes a contratação de serviços da contabilista, que já foi feito em março e que para o ano terá uma rubrica própria.

Sofia Maia, Presidente da Junta, sobre a questão das Assembleias de Freguesia, efectivamente o Sr. Presidente da Mesa falou comigo para se fazer na antiga Freguesia de Lordelo do Ouro, mas como sabem infelizmente houve um incêndio na sala de sessões. Logisticamente não foi possível, mas numa próxima arranjaremos um local, a Adilo ou uma outra opção.

Deputado Calisto, em relação a segurança social e a sua preocupação dos equipamentos e das pessoas e a sua preocupação também é muito a nossa e na sexta-feira passada, tivemos uma reunião com a segurança social e ainda está tudo em aberto e o que eu lhe posso garantir é que estamos a fazer tudo por tudo para que seja a melhor solução.

Foi colocada a votação o ponto 1 - 1ª Revisão Orçamental para 2015

Favor – 7 (RM) + 4 (PS)

Contra – 0 (zero)

Abstenções – 4 (PSD) + 2 (CDU) + 1 (BE)

Ponto 2 – Boletim Informativo de abril a junho de 2015

Mimosa Pinho, Secretária da Junta, relativamente ao boletim informativo nós estamos receptivos a todos as questões que queiram colocar, uma vez que foi disponibilizado o documento.

Susana Salbany, BE, nota-se uma melhoria no documento, com mais informação, com mais esforço. Publicitação do edital da Assembleia no facebook e não só no site. Para além de mencionar as reuniões institucionais e as representações da Junta, explicar o propósito das mesmas e o resultado das mesmas, para se saber o que trouxe de benefício aos fregueses. Contar um pouco do que foi o processo da criação do programas das festas sanjoaninas. Por fim, acho que o boletim informativo deve apresentar, não só, aquilo que o executivo vai desenvolvendo, mas aquilo que vai afectando a freguesia e neste momento estão a decorrer uma serie de processos de alinação de imoveis, que afectam a freguesia, Palacete Pinto Leite, Escola do Gólgota, terreno da Rua de S. Paulo e isto tem interesse para os fregueses perceberem que isto está a acontecer.

ACTAS

O boletim apresenta a actividade do trimestre, nós estamos a quinze de junho e ele vai até ao final de junho e ele podia conter algumas actividades que se prevêem que vão acontecer.

Ponto 3 – Apreciação dos Projetos de Lei nº 929/XII (criação da Freguesia de Lordelo do Ouro, no Concelho do Porto, Distrito do Porto), da iniciativa do Partido Comunista Português; Projeto de Lei nº 958/XII (criação da Freguesia de Massarelos, no Concelho do Porto, Distrito do Porto), da iniciativa do Partido Comunista Português.

Casimiro Calisto, CDU: relativamente a estes dois projetos lei de criação das duas freguesias, retornando à questão que nos tem movido ao longo dos tempos aqui, das agregações emanadas dum poder que estava deslocado em relação às populações acho que há reflexões que temos de fazer. Recordo que em Assembleias, de Lordelo e Massarelos, Assembleias Municipais, esta agregação das freguesias foi reprovada, ou seja, em vinte e seis de setembro de dois mil e doze por unanimidade na Assembleia de Freguesia de Lordelo, todas as forças votaram contra esta agregação, fusão, extinção de freguesias. Coerentes com este princípio, sempre nos batemos e acho que toda a gente se bate por aquele princípio dos eleitores estarem próximos dos eleitos, de descentralizar, nós coerentes com isso apresentamos na assembleia dois projectos lei, no que toca a esta União de Freguesias. Gostaria de recomendar ou se me permitem o apelo, é que as pessoas votem em coerência. Toda a gente percebe que esta reorganização foi emanada por alguém que gostaria de agradar aos nossos emprestadores de dinheiro. Eu fiz assim umas contas por alto e há um princípio que para mim é fundamental que é participação dos eleitos na vida das pessoas, na proximidade com os fregueses. Nós estamos aqui dezanove, mais sete do executivo, estamos vinte e seis eleitos. Anteriormente tínhamos treze em cada freguesia, dava vinte e seis, mais cinco em cada executivo, portanto tínhamos mais gente a olhar para a situação da população.

Um outro pormenor. Venderam-nos, tentaram iludir, com os custos, com a poupança. O poder local democrático, o mais pequenino, mais junto dos fregueses, não é de modo nenhum responsável pelo descalabro das contas e a prova é que estamos com estas fusões, integrações, e a dívida já vai nos 130%, Nós para o serviço da dívida, pagar os juros que nos obrigaram, estamos a gastar 29 milhões por dia, só para abater aos juros. E as contas que eu fiz assim por alto, são 4 sessões dos membros da assembleia de freguesia em relação ao esquema anterior a poupança por ano são cento e noventa e dois euros. Ou seja nós pagamos aos dezanove que aqui estamos os dezoito euros e trinta dois vezes quatro sessões dá 1395 euros por ano. Se pagássemos aos vinte e seis, que eram treze dum lado e treze do outro, daria 1588. Esta grande medida do senhor Relva deu por ano nestas 2 freguesias 192,88 euros de poupança. Já sei que vão dizer que um cêntimo é um cêntimo mas que seja assim para tudo. Não é para os BPN, Não é para os BPP, não é para o Novo Banco e coerentes com o princípio que sempre defendemos nós achamos que tal como se pede aqui ao Sr. Presidente seja emitido um parecer desta assembleia, a dizer que Lordelo e Massarelos, pelas raízes históricas, pelos anos em que cada uma conviveu bem com o outro lado. Mantenhamos as nossas diferenças e as nossas características próprias. O



apelo que eu faço, é que em coerência votem e esperamos obviamente que votem bem. E não há irreversibilidades. Nós vimos isso em todas as situações. Há países que desaparecem, há países que se formam. Em tudo há situações que são reversíveis. Nós acreditamos que estamos a tempo de reverter esta situação. Que é uma situação que tem levado a menos emprego, a populações menos defendidas, a eleitores mais afastados dos eleitos.

Luís Osório, PSD, confirmamos e votamos com todo o orgulho em Lordelo, que Lordelo se devia manter como uma Freguesia independente e única, ou seja, por isso votamos independentemente do resto, não votei contra as fusões, contra o país, votei que Lordelo ficasse independente. Tinhas as dimensões, tinhas as características que estavam previstas na Lei para que se mantivesse assim. Portanto votamos assim e hoje votaremos em conformidade. Houve um projecto que avançou, não foi aprovado pela Câmara do Porto, foi porque na altura as forças políticas da assembleia municipal não se entenderam e como tal a decisão veio de Lisboa. Penso que não é a questão do dinheiro, 190.00€ ou 200.00€ que está aqui em causa, o que se poderia tirar do bom desta fusão era aquilo que foi prometido, foram as delegações de competência. Esse caminho está a ser aprendido e em alguns municípios está a ser muito bem feito, ex. de Braga, Loures, Guarda e outros. O facto de terem maior dimensão e terem outra capacidade está a ser aproveitado, quer pelo poder mais central, quer pelo poder mais local, não tendo nada haver com a poupança dos 190.00€ ou 200.00€. Por outro lado estamos com um ano em meio de experiência, reverter tudo agora para trás, ou seja, ainda não temos dados para perceber se há vantagens ou não.

Mário Praça, RM, em relação a intervenção do Deputado Calisto o que o estado pouparia nesta União de Freguesias cerca de 1% interno bruto, ou seja, é um valor irrisório, porque o Executivo também ganha dinheiro e por isso, não serão só esses 190.00€ por ano que se poupa. O Presidente de Junta tem o seu ordenado e o executivo ganha senhas de presença, por isso essas teriam de ser acrescentadas. É um tempo muito curto para se aferir se isto é ou não viável e estarmos sempre a tempo de voltar atrás. Acho que os fregueses destas Freguesias votaram os seus eleitos e quere-los substituí-los por alguém que não sabemos quem, choca-me. Queriam uma Comissão Instaladora e que os eleitos, desde o executivo, membros da assembleia seriam retirados.

Casimiro Calisto, CDU: obviamente que as pessoas percebem o que eu disse. Em relação às poupanças eu disse que era nesta assembleia de freguesia. Mas se quiserem as outras contas também as faço com cuidado. Em relação à bondade ou não da reforma administrativa eu fiquei a perceber que o alfa desta reforma era a delegação de competências que estão a correr mal, quer seja para as freguesias agregadas, quer para as outras freguesias. Já sei que consoante a cartilha que queremos defender, sacudimos a água do capote, a culpa é deste ou daquele. Assim como também sei que se fossem outros que tivessem no poder havia obviamente que

ACTAS

corroborar ou não a nossa posição. Em relação à comissão administrativa, obviamente estamos aqui ao nível duma assembleia de freguesia. Isto tem os seus trâmites. Atendendo à correlação de forças e às opiniões que certas forças têm, tipo catavento, se calhar isto na Assembleia da República não passa. Mesmo que aqui todos fossem apoiantes da nossa ideia de voltar a criar as freguesias, de certeza que na Assembleia o arco do poder entende-se. Eu só quero dizer que é uma questão de princípio. Eu acho muita piada, perdoem-me a ironia falar-se em eleitos, sempre disponíveis a trabalhar para o bem geral. Só vou recordar um episódio que se passou a semana passada. No dia nove fomos todos convocados, membros eleitos para estar aqui, com o Sr. Vereador Correia Fernandes, que nada tem a ver com a minha força política, para se começar a falar do PDM. O PDM tem de ser revisto em 2016. De 26 eleitos, de pessoas empenhadíssimas na freguesia, na sua cidade, estavam dois da CDU, três do Executivo. Vamos passar à votação porque já sabemos como os campos estão. Mas sabemos todos ao que é que andamos. Nós estamos aqui, não temos o exclusivo do empenho mas sabemos porque é que estamos. Passemos à votação que é o melhor.

Perfeito Monteiro, CDU: Naturalmente que este problema é polemico, um problema sério para quem quer discutir de facto seriamente. Este é um dos assuntos que prejudica ou não a população. Isto sob o ponto de vista político de cada força que vai analisando esta situação. O PCP apresenta este documento apenas porque prometeu que levaria isto a Assembleia da República e faz parte do seu programa. Naturalmente que devia de cumprir o que prometeu aos seus eleitores. Relativamente à questão que começou no documento verde, a descentralização já percebemos que é um flop. Não vai haver descentralização tão cedo e se houver. Naturalmente que não se fazem descentralizações gratuitas. Vão sempre querer mais. Neste documento falava nos ganhos de escala, sobre a aproximação aos eleitores e isto é exactamente o contrário. Cada vez mais os eleitores ficam longe da entidade, da Junta de Freguesia. Esta Junta não é exemplo, o centro histórico do Porto será a parte mais visível da dificuldade que há em um eleitor estar próximo da Junta de Freguesia. Aqui, não estou a ver um eleitor de Massarelos, da zona da beira-rio ter de se deslocar a Lordelo para tratar do seu problema. Cada vez mais, a questão é mais centralizada em Lordelo e por muito que digam que isto aqui é uma delegação da sede, poderá ser verdade no papel, mas o que sucede hoje é que cada vez mais as pessoas tem de se deslocar a Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, para tratar dos seus problemas. Dou um exemplo, para tratar do registo de um canídeo. E se não é agora, já foi.

A questão dos órgãos que se movimentaram no sentido de aceitar ou não esta situação. É paradigmático começar a pensar o que é que assembleia municipal pensou sobre isto. E não estamos a falar na Assembleia Municipal não é por acaso. Naturalmente que não dizemos aquilo que o deputado Osório disse aqui. Eles não se entenderam. Não eles votaram contra. A Assembleia Municipal votou contra este projeto de agregação de freguesias. Mas nós sabemos, que há naturalmente uma maioria política, quer aqui, nesta Assembleia de Freguesia, quer noutras Assembleias, que provavelmente não aceitam este projeto lei do PCP. Até por uma razão simples, já que o próprio executivo festejou a data de implementação desta União de Freguesias.



Já foi especificamente tratado este problema desta forma. Isto é, este executivo congratula-se com esta união de freguesias e portanto vamos comemorar. Para além disto o que é que se pode dizer mais. Vamos ficar à espera que as pessoas acabem por votar este projeto lei. Naturalmente vão votar contra que nós estamos à espera disso. A demagogia é fértil. A demagogia é tão grande que Massarelos votou este assunto três vezes e de formas diferentes. Votou a favor, votou contra e depois houve um sarilho muito grande que já não se sabia quantos é que tinham votado contra e a favor. Esta situação foi de tal maneira complicada, mas havia um sentimento comum logo na altura é que fazer esta união iria ser complicado para as populações.

Susana Salbany, BE, reforçar que estamos de acordo com esta proposta da CDU, aqui na Assembleia e chamar a atenção para algumas questões. A questão da redução orçamental da própria freguesia, passa a haver um só Presidente, uma só Assembleia com menos membros, ela também se traduz numa redução de recursos para resposta a população. Neste momento as freguesias urbanas de Portugal, tem o dobro da média dos habitantes que existia anteriormente. Isso significa, por exemplo, enquanto que em Espanha, a organização territorial, equivalente as freguesias em Portugal abrange cinco mil habitantes, nos temos as freguesias a abranger o dobro e isso tem repercussões a nível local que é a capacidade de resposta a população e em termos de apoios comunitários para esta reorganização territorial.

Manuel Carvalho, PS, em resposta ao Deputado da CDU, em dizer que já adivinhava que possivelmente a maioria iria votar contra, eu quero dizer que a bancada do partido socialista só irá votar contra, porque é fora do tempo esta proposta, todos nós fomos eleitos pelo partido socialista, sempre lutamos para que não houvesse esta união de freguesias. Neste caso, como existe um bom trabalho deste executivo desta freguesia, de facto, nem se nota que estão duas freguesias unidas, há um bom trabalho ao nível da união de freguesias. Quanto as palavras do Deputado Osório e Mário Praça, vem de encontro aquilo que nós pensamos. Iremos votar contra, porque neste momento não se justifica tal situação.

Perfeito Monteiro, CDU: Naturalmente que não estava a espera de outra declaração do partido socialista, pois o vosso partido a fazer esta declaração é igual a si mesmo. O Partido Socialista é assim. Umas vezes está contra, outras está a favor, mas quando está contra diz uma coisa e quando está a favor diz exatamente o seu contrário do mesmo problema. Eu compreendo o vosso problema hoje. Mas vocês vão-me desculpar a palavra que vou aplicar. Mas vocês "venderam-se a maioria", estão amarrados de pés e mãos a uma situação em que venderam o seu próprio programa ao Dr. Rui Moreira, sendo esse o grande problema. O partido comunista faz sempre o seu trabalho de casa, incansável a fazer tudo o que é necessário para a melhoria das populações e este é um caso desses. Não temos diferenças, aquilo que dizemos, cumprimos, mas é aquilo que o partido socialista infelizmente não faz, e temo que no futuro essa situação se vá manter.



ACTAS

Manuela Amorim, PS, nós não nos vendemos, nós quisemos tornar possível que a Câmara pudesse ser governada e naturalmente que o programa que era apresentado pelo então já Presidente viria um pouco de encontro às nossas aspirações. Não são exactamente as mesmas do partido comunista, embora por vezes, não deixem de cruzar. Essa "dança" que o Deputado aponta ao Partido Socialista é só uma questão de coerência e ao contrário de muitos nós não somos formatados, a nossa opinião não é dirigida numa só direcção e temos o direito de não nos amarrarmos a uma só opinião e conforme a circunstâncias que nos aparecem, tomarmos posições diferentes.

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, estamos a discutir um ponto da ordem de trabalhos, não estamos aqui para fazer política partidária, ou para acusarmos os partidos uns dos outros. Agradecia que as próximas intervenções se cingissem a este ponto.

Casimiro Calisto, CDU: Sr. Presidente desculpe a minha franqueza, mas na minha opinião mando eu e eu não estou aqui para dar recados a ninguém nem vou pelo caminho que você estava a temer porque já ouvimos tudo e há uma coisa que podem ficar cientes, nós CDU, somos sérios, trabalhadores e estamos ao lado das populações. Já agora só um pormenor. Há um ditado popular que diz que quem não se sente não é filho de boa gente. Falou-se aqui da Assembleia Municipal, da maioria não ter aderido a ideia Relvas, de modificar a nossa Cidade. Essa lei Relvas, até penalizava quem não dissesse de bem com eles. Toda a gente se recorda que os orçamentos eram juntos, das freguesias e depois aqueles que votaram contra eram penalizados. E só para dizer que nós temos memória, nós sabemos ao que é que andamos. Não andamos com inflexões nem com discursos que toda a gente sabe o que se quer justificar mas para nós continua a não haver justificação para comportamentos tão erráticos como o Partido Socialista está a ter. Portanto, meus senhores nós estamos cá e vamos continuar a pugnar pelo bem-estar das populações. E já um reparo, um esclarecimento. Nesta assembleia está um morador que já anda há meses, isto a propósito da descentralização de competências, dessas coisas que dizem que viriam de bom com a nova lei.

Eu gostaria de saber Sra. Presidente, já aqui há tempos o Perfeito levantou do bairro dele que está às escuras, no Bairro de Lordelo nas escadas entre o Ipanema e o próprio bairro está às escuras. Diga-me só Sra. Presidente, eu tenho um exemplo bom que também quero-lhe dar. Denunciei um buraco na Rua da Venezuela e foi corrigido. É só para dizer isso. Sou sério. Ou tento ser sério até um dia, não sei. Sra. Presidente gostaria de perceber de quem é a competência da iluminação pública. Diziam que estava tudo muito bem que as freguesias estavam à beira dos moradores, resolviam logo e este problema já está desde Janeiro para resolver. É a EDP? É a Junta? Isto é o exemplo duma descentralização, duma delegação de competências que não acontece.

Gabriela Queiroz, PSD, tenho alguma dificuldade em fazer esta discussão, dado que fui uma das últimas Presidentes de Junta, aqui extintas. Quanto a este assunto ainda é cedo para se tratar deste assunto, mas algumas questões que de devem trazer:

A Assembleia Municipal do Porto, chamada a pronunciar-se sobre a reforma administrativa, não votou contra a reforma, aquilo que ela não soube fazer foi de



chegar a acordo contra o desenho da reorganização administrativa para a Cidade, que é uma coisa diferente.

As Juntas de Freguesia que não se agregassem seriam penalizadas no seu orçamento, aquilo que estava previsto é exactamente o contrário daquilo que o Sr. Eng. Calisto aqui disse. Aquilo que estava previsto é que havendo acordo nas Assembleias Municipais, as Freguesias resultantes da agregação teriam uma majoração no seu orçamento.

Para o bem ou para o mal, fui eleita para uma Assembleia de Freguesia de Lordelo e Massarelos e portanto não me sinto com legitimidade para fazer uma reapreciação a meio de um mandato, pois é precoce.

Coloco a mesa uma questão sobre o ofício que veio da Comissão do Ordenamento do Território, é cópia autenticada da ata com parecer emitido e portanto, eu julgo que nós temos de chegar a uma formulação de parecer que venha a constar da ata, pois não vejo como dará cumprimento a isto.

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, irei colocar a votação um parecer favorável a estes dois projectos ou a votação desfavorável.

António Moutinho, RM, compreendo as preocupações do Partido Comunista em relação a todo este processo, que é uma maneira esquisita de propor soluções administrativas, que não estão adequadas a realidade.

Eu vou votar contra, porque a comissão instaladora nomeada pela Câmara Municipal do Porto, somos duas autarquias independentes por lei, as freguesias são independentes das Câmaras. Esta problemática da criação da União das Freguesias, a constituição de facto, não consta da constituição portuguesa, esta lei foi inconstitucional e deve ser discutida na Assembleia da República.

Casimiro Calisto, CDU: Há aqui dois pormenores ou três que não queria deixar passar. Relativamente à penalização dos 5%, posso estar equivocado e até concordo com a Dra. Gabriela, que quem votasse a favor tinha mais 15%. O que acho de realçar é a coação. Aceitam, são beneficiados. O Deputado Moutinho lembrou e bem que há muita gente, devido à forma atabalhoada como se fez esta lei que é uma Lei inconstitucional. Mas os senhores do Tribunal acharam que não.

Em relação a Assembleia Municipal não votar contra. Eu digo, não votou a favor, porque houve um senhor eleito pela lista do Rui Rio achou que estavam a decidir por cima dele e mudou de campo.

Em relação ao que a Dra. disse, eu sei que para se defender o patrono, quem fez esta lei, vão-se buscar os argumentos mais díspares. Quando Lordelo se integrou no Porto, saiu do concelho de Bouças, passou a estar junto a uma entidade mais próxima. Porque o concelho de Bouças ia desde a foz do rio Douro até à foz do Rio Leça. É precisamente o sentido contrário. E a mim espanta-me que a Sra. Presidente que até comemorou os 175 anos da integração de Lordelo no Porto, ao contrário do que os seus membros na assembleia de freguesia decidiram até foi para a Assembleia Municipal defender o ponto de vista do Sr. Relvas. É só para dizer mais uma coisa. Já está a tornar-se enfadonha esta discussão. A paternidade do projeto obviamente vai ter defensores incondicionais até ao fim e quem em coerência ache que as freguesias



ACTAS

estão piores e não venham falar de Lordelo Massarelos, eu falo por exemplo da malta que mora em Sobreiras ter que ir a Aldoar. É a mesma coisa do que dantes quando tinha na Foz? É só para dizer que já nos percebemos todos. Sabemos ao que andamos e é melhor passarmos à votação.

E em relação a este atropelo, em que vinham pessoas para a comissão administrativa. Obviamente que estamos a votar numa assembleia de freguesia em 2015. Isto tinha os trâmites todos e se calhar isto só aconteceria nas próximas eleições autárquicas. Não tenhamos esses temores. Toda a gente percebe que o que está aqui é a reposição das freguesias. Os trâmites legais e os procedimentos não somos nós aqui que definimos. Aqui o parecer é, estamos a favor da criação novamente das freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, sim. Não estamos, não.

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, vou colocar a votação que esta Assembleia emita um parecer positivo ou negativo, em relação aos Decretos-Lei 929 e 958, sobre a criação de novas freguesias. Votaremos os dois em simultâneo.

Foi colocado a votação um parecer positivo ao ponto 3 - Apreciação dos Projetos de Lei nº 929/XII (criação da Freguesia de Lordelo do Ouro, no Concelho do Porto, Distrito do Porto), da iniciativa do Partido Comunista Português; Projeto de Lei nº 958/XII (criação da Freguesia de Massarelos, no Concelho do Porto, Distrito do Porto), da iniciativa do Partido Comunista Português.

Favor – 2 (CDU); 1 (BE)

Contra – 7 (RM); 4 (PS); 4 (PSD)

Abstenções – 0 (zero)

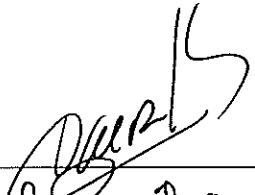
Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, vou enviar para a Assembleia da República que esta Assembleia de Freguesia, se pronunciou com quinze votos contra a criação destas duas Freguesias e com três votos a favor.

Casimiro Calisto, CDU: Eu só gostava que aquelas questões que levantei ao longo da Assembleia fossem respondidas. Não sei se o Senhor Presidente da Assembleia tomou em boa nota o que eu perguntei. Gostaria de receber essa informação. E já agora até pedia à Sra. Presidente que em relação às competências da iluminação da via pública que nos dissesse quem manda em quê, quem pode fazer o serviço. É que a EDP diz que é a Câmara que tem de mexer nas infra-estruturas e as populações estão com falta de iluminação nalguns sítios da nossa Freguesia.

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, em relação a essas respostas eu vou fazer chegar com a brevidade possível a gravação a Sra Presidente, para ela ouvir as suas intervenções e poder responder, caso assim entenda.



Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão e lavrada a presente ata (que se encontra na integra na gravação, disponível nos serviços da Secretaria da Junta) que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.



V.º P.º Rui V.º Pacheco

Ana Castro
